

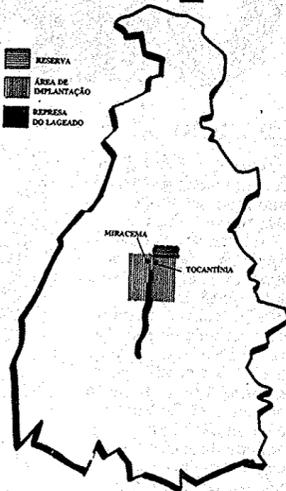
Área da Capital já é de "interesse público"

Por solicitação do governador eleito do Estado do Tocantins, deputado Siqueira Campos, durante audiência extra-agenda o governador Henrique Santillo assinou ontem decreto considerando de "interesse público" um quadrilátero de 8 mil 100 quilômetros quadrados, nas proximidades de Miracema do Norte, destinado à construção da capital definitiva do novo Estado.

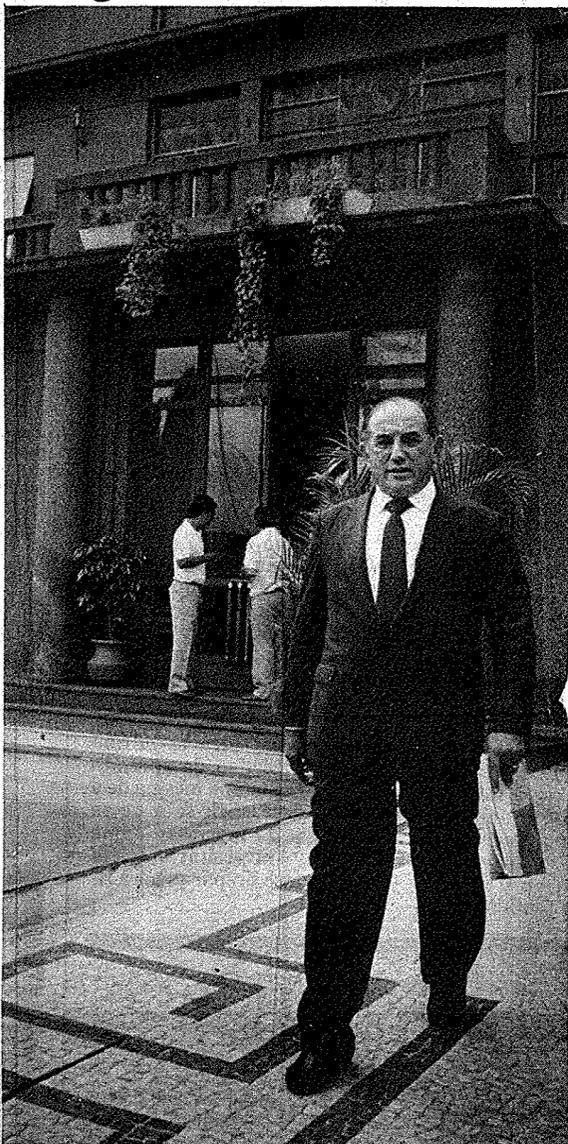
Em entrevista a O POPULAR, antes de viajar para Brasília em busca de recursos no Ministério do Planejamento, Santillo deixou claro que o decreto de desapropriação das terras atingidas será assinado após a posse do governador Siqueira Campos. "Essa será uma responsabilidade do governador do Tocantins. De minha parte apenas atendi a uma solicitação do deputado Siqueira Campos, assinando um decreto considerando de utilidade pública uma área em torno da futura capital do Tocantins, onde se construirá, segundo ele, a capital definitiva", esclareceu.

Lembrado de que a escolha da capital definitiva, de acordo com a nova constituição brasileira, é atribuição da Assembléia Legislativa do Tocantins, a ser empossada no dia 1º de janeiro, Henrique Santillo lavou as mãos. "Essa é uma questão a ser resolvida pelo governador eleito do Tocantins. É um problema dele, apenas assinei um decreto por sua solicitação", justificou.

Henrique Santillo ressaltou, no entanto, que a simples assina-



tura do decreto considerando a área próxima de Miracema do Norte de interesse público não significa que a capital definitiva vá ser construída no local. "É claro que é a Assembléia Legislativa do novo Estado que vai decidir o local, mas tudo será resolvido após a posse, no dia 1º de janeiro", disse ele, explicando que não há compromisso de Goiás com o ressarcimento financeiro da desapropriação. "Haverá um outro decreto, desta feita assinado pelo governador Siqueira Campos".



Siqueira deixou o Palácio com cópia do decreto em mãos

"Não vou fazer um Governo de trocas"

Ao anunciar que a capital definitiva do Tocantins será construída no centro do Estado, obedecendo a área desapropriada de acordo com o decreto assinado pelo governador Henrique Santillo, o governador eleito Siqueira Campos lamentou ontem o incidente em Araguaína, onde parte da população, inconformada com a não escolha da cidade como a capital provisória, interditou o tráfego na BR-153, e provocou sérios transtornos.

"O meu governo não será um governo de trocas nem de resolver questões sob pressão. O que alguns e poucos fizeram em Araguaína é uma coisa realmente deplorável, já que tentaram jogar a cidade contra os demais municípios do Estado", reagiu Siqueira Campos, ao assegurar que há festa não só em Miracema do Norte, a cidade escolhida pelo presidente José Sarney, como também em Gurupi, Porto Nacional, Arraias, Miranorte, Tocantínia, Guaraí e nos municípios do Bico do Papagaio.

O governador eleito disse que Araguaína tem todo o direito de lutar para ser a capital. Entretanto, por recomendação da assessoria do presidente da República, nem Araguaína nem Gurupi nem Porto Nacional tiveram condições de ser a escolhida. "Eu sempre tive muita simpatia por Araguaína, porque é a maior cidade do Estado, com a maior população. A cidade representa muito em termos de economia para o Tocantins".

Ele interpretou como um "gesto primário" o de interromper a rodovia BR-153 como protesto contra a decisão do presidente da República que preferiu o município de Araguaína. "A verdade é que não foi possível a escolha de Araguaína. Em razão disso, não quer dizer que se possa confrontar com as autoridades". Siqueira acha justas as reivindicações da população de Araguaína, mas avisou: "Não aceito pressões. Por Araguaína, eu lutei a vida inteira. Por ela, fui para a cadeia, enfrentei tocaia. O que querem que eu faça mais?".

NOVA CAPITAL
Siqueira Campos, depois de anunciar para o dia 15 de setembro do ano que vem a data de inauguração da capital definitiva, rebateu as críticas de lideranças políticas de Araguaína, ressaltando que a cidade será construída no centro geográfico do Estado, com a concordância, através de documento, do governador, vice, senadores, deputados federais e 17 dos 24 deputados estaduais. Ele lembrou que o governador Henrique Santillo assinou o decreto de desapropriação da área para a construção da capital a pedido seu, mas que caberá à Assembléia Legislativa fixar o local, dentro do quadrilátero, para a sede do município. "Vamos fazer uma nova cidade singela, funcional, bela, à margem de um lago esplêndido, com custo financeiro zero".

Durante a entrevista coletiva concedida ontem em Goiânia, Si-

O DECRETO

DECRETO Nº 3.086, de 09 de dezembro de 1988.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras que especifica e dá outras providências.

O governador do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições constitucionais e nos termos do artigo 5º, alínea "e", do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1º - São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras compreendidas nos municípios de Paraíso do Norte, Barrolândia, Miranorte, Miracema do Norte, Tocantínia, Pedro Afonso, Aparecida do Rio Negro, Taguarussu do Porto e Porto Nacional, do Estado do Tocantins, com os seguintes limites e confrontações: "a posição geográfica do quadrilátero é determinada a partir do ponto P-1 na intersecção do Paralelo 10 (dez) graus de latitude Sul com o meridiano de 48 (quarenta e oito) graus de latitude Oeste. Deste segue-se com rumo de 180 (cento e oitenta) graus Sul e distância de 30 (trinta) quilômetros, determinando-se o ponto P-2, daí segue-se rumo 90 (noventa) graus Oeste e distância de 90 (noventa) quilômetros, determinando-se o ponto P-3. Daí segue-se rumo 0 (zero) graus Norte e distância de 90 (noventa) quilômetros, determinando-se o ponto P-4,

daí segue-se 90 (noventa) graus leste e distância de 90 (noventa) quilômetros, determinando-se o ponto P-5, daí segue-se rumo 180 (cento e oitenta) graus Sul e distância de 60 (sessenta) quilômetros, até o ponto P-1, início da descrição deste perímetro".

Parágrafo Único - As disposições do caput deste artigo não abrangem parte da Reserva Indígena dos Xerentes, situada no quadrilátero delimitado pelo perímetro ali descrito.

Artigo 2º - O perímetro descrito no artigo anterior contém a área de 8.100 (oito mil e cem) quilômetros quadrados, destinado à implantação da futura Capital do Estado do Tocantins.

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado a adoção de medidas necessárias à execução das desapropriações judiciais ou amigáveis, decorrentes do presente decreto, permitida a invocação do caráter de urgência no processo judicial respectivo, para fins do disposto no artigo 15 do decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, Goiânia, 09 de dezembro de 1988, 100ª da República.

Henrique Santillo



Ônibus incendiado e carro depredado por manifestantes

Araguaína volta ao normal

Araguaína (Correspondente) - Desinterditada a rodovia Belém/Brasília à meia noite de quinta-feira, as lideranças araguanenses passaram o dia, ontem, discutindo uma forma de compensar a perda da capital provisória. O deputado Edmundo Galdino ainda acredita possível uma reversão no quadro, tendo em vista que o decreto do Presidente José Sarney não foi publicado no Diário Oficial da União. A maioria das lideranças, no entanto, prefere ter do governador Siqueira Campos a confirmação de que dará prioridade de investimentos em obras de infraestrutura em Araguaína.

Mesmo sem a movimentação que paralisou a rodovia Belém/Brasília por 30 horas, o clima em Araguaína é de revolta. Ontem à tarde, a Câmara Municipal aprovou requerimento, de autoria do vereador Benedito Pimenta, de repúdio ao governador Siqueira Campos e aos políticos e empresários da região de Araguaína que assinaram documento concordando com a capital no centro geográfico do Estado.

CASSAÇÃO

O presidente da Câmara Municipal, vereador Divino Bethânia, apresentou projeto de lei cassando o título de cidadão araguanense do governador eleito Siqueira Campos. Projeto neste sentido havia sido apresentado pelo então vereador Edmundo Galdino, hoje deputado federal. Naquela época o requerimento de Galdino foi re-

jeitado. Divino Bethânia propôs também a cassação de título de cidadania concedido ao presidente José Sarney.

As 17 horas de ontem, políticos e empresários de Araguaína iniciaram mais uma reunião ampla, com a participação dos segmentos organizados da sociedade e do povo em geral. A reunião, convocada pela Câmara Municipal, contou com a participação do Prefeito Eisler Robson dos Santos, vereadores, prefeito eleito João Ribeiro, senador Carlos do Patrocínio, deputados Edmundo Galdino e Jurandir, entre outros. O Encontro serviu para discutir a forma de encaminhar as reivindicações de Araguaína ao governador Siqueira Campos e para escolha da comissão que representará os araguanenses.

SALDO

O movimento de interdição da rodovia Belém/Brasília deixou como saldo dois ônibus tombados, um deles foi totalmente destruído pelas chamas e mais três carros de passeio, depredados. No final da manifestação, por volta das 22 horas de quinta-feira. Era visível o clima de confronto entre populações de Araguaína e camioneiros, alguns já embriagados e portando armas de fogo. Em termos práticos, o movimento serviu para que as lideranças araguanenses recebessem dois telefonemas do governador Siqueira Campos, comprometendo-se a investir prioritariamente na cidade.